

A SEMANA – 115

John Gledson

Machado junta dois assuntos frequentes nestas crônicas: a emissão/impressão de dinheiro (vale dizer: o Encilhamento), e o Conselho Municipal carioca, atolado em irresponsabilidade e corrupção. A “reunião” – satírico-ficcional – inventada no começo da crônica, e que a ocupa inteira, é um jeito para juntar as duas coisas.

Propõe-se criar, ou imprimir dinheiro, a exemplo do que se fez no Maranhão, puramente fiduciário, sem garantia alguma – loucura típica do Encilhamento, embora, como explica Gustavo Franco com detalhes interessantes na sua edição desta crônica, fosse de certa maneira típica e necessária nesta época de inflação, de confusão econômica, e de falta de dinheiro líquido. Na realidade, o Conselho não tinha proposto um empréstimo tão irresponsável como o que Machado “sugere”. Propôs “contrair um empréstimo interno de 30.000.000\$ [trinta mil contos]”. “O empréstimo é garantido pela renda predial que terá esta exclusiva aplicação nos orçamentos futuros até a extinção da dívida”, diz.

O Conselho Municipal tinha se reunido muito infrequentemente por algumas semanas, “por falta de número”. A razão fundamental parece ser a mesma da crônica de 17 de junho, sobre o “Panamá municipal”: os intendentess evitavam a discussão desse caso de corrupção. Finalmente, intimados pelo presidente, o Conselho fez sessão extraordinária no dia 9, quarta-feira, principalmente pela necessidade premente de obter dinheiro para dar conta das suas múltiplas responsabilidades, já que, entre outras coisas, é “mesmo de recear que não haja com que pagar-se ao pessoal nos seus últimos meses de exercício”. O resultado foi a proposta de empréstimo mencionada.

Esta crônica não é das mais fáceis de entender: não seria tão difícil para quem soubesse do contexto, cujos detalhes Machado frequentemente omite para manter a ironia contínua. Não surpreende: mistura uma reunião fictícia com outras de uma instituição possivelmente inexistente. Como para escapar dos fatos e das ironias,

Machado acaba apelando para a “sacrossanta” literatura, com a sua “vitalidade” proteica.



A SEMANA

12 de agosto de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Anteontem, dez de agosto, achando-se reunidas algumas pessoas, falou-se casualmente da emissão de trezentos contos de títulos, autorizada pela assembleia do Maranhão.¹ Queriam uns que fosse papel-moeda, outros que não. Dos primeiros alguns davam o ato por legítimo, outros negavam a legitimidade, mas admitiam a conveniência. Travou-se debate. O mais extremado opinou que o direito de emitir era inerente ao homem, qualquer podia imprimir as suas notas, e tanto melhor se as recebessem. Citou, como argumento, os bilhetes que circulam no interior, e concluiu sacando do bolso uma cédula de duzentos réis, que apanhou em Maragogipe, impressa na mesma casa de Nova York que imprime as nossas notas públicas.²

Nesse terreno o debate foi não só brilhante mas fastidioso. As matérias financeiras e econômicas são graves. Geralmente, os espíritos que não conseguem ver claro nem dizer claro dão para a economia política e as finanças, atribuindo assim à ciência de muitos varões ilustres a obscuridade que está neles próprios. Conheci um homem, primor de alegria, que andou carrancudo um ano inteiro, por haver descoberto que papel-moeda era uma coisa e moeda-papel outra; não dizia mais nada, não dava

¹ Esta notícia vem na *Gazeta* de 1º de agosto, na primeira página, com manchete em maiúsculas: EMISSÃO. Os detalhes são tais quais Machado cita, inclusive as palavras “antecipação de receita”, citadas no último parágrafo com certa ironia (o governo do Maranhão propunha resgatar os títulos antes do fim do ano). Justifica-se assim: “Os pagamentos a cargo do tesouro, em falta de moeda metálica ou fiduciária, serão feitos por meio de títulos da dívida, pagos ao possuidor”. Segundo Gustavo Franco, na introdução à sua edição desta crônica (p. 175), “começa a se disseminar entre Estados e também Câmaras Municipais a prática de se emitir apólices ao portador, em pequenas denominações, como se fossem pequenos empréstimos (...) usados para o pagamento das contas do ente público”. “As emissões municipais do Maranhão (...) eram chamadas de ‘ficas’ porque de seu texto constava “que fica depositado no cofre do município”. Segundo Franco, a causa principal destas emissões era “O agravamento do problema do troco”. O empréstimo (ficcional) proposto aqui tem outros fins, mais ambiciosos, e muito mais perigosos. Só em 1898 essas emissões de emergência foram proibidas.

² Maragogipe é município baiano, a 130 quilômetros de Salvador. É claro que este exemplo é um exagero satírico, ilustração do absurdo da situação, e da “moeda municipal” carioca.

bons-dias, mas papel-moeda, nem boas-noites, mas moeda-papel.³ Era lúgubre; um cemitério, ainda com chuva, ainda de noite, era um centro de hilaridade ao pé daquele desgraçado. Melhorou no fim de um ano, mas já não era o mesmo. A alegria, trazia-lhe não sei que ar torcido que mais parecia escárnio...

Do debate travado saiu, entretanto, uma ideia, a ideia de termos aqui a nossa moeda municipal. Contra ela protestavam os que eram pela unidade da emissão; os outros pegaram deles pelos ombros e os puseram na rua, esquecendo que as assembleias não se inventaram para conciliar os homens, mas para legalizar o desacordo deles. Ficamos nós. A ideia foi estudada e desenvolvida. Chegamos a formular um projeto autorizando o prefeito a emitir até dois mil contos de réis. Um, mais escrupuloso, queria que a emissão fosse garantida pelas propriedades municipais; mas esta subideia não foi aceita. Com efeito, a propriedade municipal é incerta e difícil de definir. As árvores das ruas são próprios municipais? No caso afirmativo, como se explica que o meu criado José Rodrigues⁴ as tenha comprado ao empreiteiro dos calçamentos do bairro, para me poupar as despesas da lenha? A discussão tornou-se bizantina, resolvemo-nos pela emissão pura e simples, sem garantia, além da confiança do contribuinte e da lealdade do emissor. Concluído o projeto, acrescentou-se que um de nós iria dá-lo de presente ao conselho municipal.

Mas aqui surgiu uma dúvida: Haverá conselho municipal? A legislação era pela afirmativa. A imprensa diária, superficialmente lida, não o era menos. Vários fenômenos, porém, faziam suspeitar que o conselho municipal não existia. A linguagem atribuída ao seu presidente, na sessão de quarta-feira, era um desses fenômenos. Disse ele (pelo que referem os jornais) que o conselho, convocado desde 3 do mês passado, raras vezes se reunira; assim, vendo que os membros não compareciam, ia officiar-lhes pessoalmente chamando-os aos trabalhos.⁵ Há aí contradição nos termos, porquanto, se o conselho foi convocado desde mais de um mês, e não se reunia, é que não tinha membros, e se não tinha membros não era conselho. Um dos presentes defendeu, entretanto, a probabilidade da existência.

– Há razões para crer que o conselho existe, disse ele. A primeira é que a vinte e oito do mês passado houve sessão, proferiram-se alguns discursos, resolvendo-se afinal que era preciso ler e meditar as matérias sujeitas a deliberação. Deu-se até um incidente

³ O papel-moeda e a moeda-papel, como Machado sem dúvida sabia, são coisas diferentes, quase opostas. O papel-moeda é o que todos conhecemos, a moeda fiduciária que usamos diariamente; a moeda-papel é dinheiro em papel diretamente conversível em ouro.

⁴ Na *Gazeta* aqui há uma vírgula, que Aurélio suprime, parece-nos que com razão.

⁵ *O Paiz* inicia sua matéria sobre este assunto, em 11 de agosto, do seguinte modo: “Há muito não aparece esta secção em nossa folha, o que é explicado pela ausência dos Srs. intendentess às sessões. / Anteontem reuniram-se afinal; folgaram perto de um mês e virão agora dispostos a trabalhar, se bem que isso não o acuse a sessão de ontem, quente, tumultuosa, mas de péssimos e funestos resultados. / O Sr. Pinheiro Freire ocupou-se em primeiro lugar do decreto que convocou a atual sessão extraordinária, e justificou um projeto de empréstimo de 30.000:000\$ para ocorrer às mais urgentes despesas da municipalidade e aos melhoramentos de maior monta.” Em seguida, houve bate-boca entre os intendentess acerca do mesmo escândalo (o “Panamá municipal”), assunto da crônica de 17 de junho.

que explica até certo ponto a falta de sessão nos outros dias. Um dos intendentes, referindo-se a um velho projeto, disse: “Estando a comissão em dúvida sobre alguns pontos do projeto, desejava que o seu autor aparecesse nesta casa, a fim de interrogá-lo; S. Ex., porém, não tem aparecido...”⁶ Daqui se pode concluir que não há frequência, que um intendente aparece, às vezes, que é recebido com demonstrações de saudade: “Ora seja muito bem aparecido!” Mas não parece clara a conclusão contra a existência do conselho. A segunda razão que me faz vacilar na negativa da existência é que, intimados pessoalmente, no dia 7, o conselho fez sessão logo a 9. Verdade é que já hoje, 10, não houve sessão. Enfim, tenho um indício veemente de que o conselho existe, é a resignação do cargo por dois de seus membros.⁷ Está nos jornais.

A maioria não aceitou este modo de ver. A publicação dos atos do conselho não era prova da existência deste, podiam ser variedades literárias. A literatura, como Proteu, troca de formas, e nisso está a condição da sua vitalidade. Podia ser também um processo engenhoso de mostrar a necessidade de termos um conselho municipal. Quem se não lembra da famosa *Batalha de Dorking*, opúsculo publicado há anos, descrevendo uma batalha que não houve, mas pode haver, se a Inglaterra não aumentar as forças navais?⁸ Já se escreveu uma *História do que não aconteceu*. Demais, é necessidade da imprensa agradar aos leitores, dando-lhes matéria interessante, e principalmente nova. Ora, se o conselho municipal não existe, nada mais novo que supô-lo trabalhando.

Essa opinião da maioria irritou os poucos que admitiam a probabilidade da existência, dando em resultado afirmarem agora o que antes era para eles simples presunção. Um da minoria ergueu-se e demonstrou a existência do conselho pela consideração de que o município é a base da sociedade e dizendo coisas latinas acerca do município romano.⁹ Naturalmente, a maioria indignou-se. Um, para provar que o preopinante errava, chamou-lhe asno, ao que retorquiu aquele que as suas orelhas eram felizmente curtas. Essa alusão às orelhas compridas do outro fez voar um tinteiro e ia começar a dança das bengalas, quando me ocorreu uma ideia excelente.

– Meus amigos, disse eu, peço-vos um minuto de atenção. Estamos aqui a discutir a existência do conselho municipal, a propósito da emissão de títulos maranhenses, que talvez não exista, tal qual o conselho. Mas, dado que a emissão de títulos seja real, é certo que há de durar pouco, tanto mais que é por antecipação de

⁶ Quem proferiu estas palavras na sessão de 28 de julho, foi o sr. Capelli, mencionado por Machado noutras ocasiões. A intervenção está na página 3 do *Jornal do Commercio*, 29 de julho, coluna 3. Completando, continua assim: “a fim de interrogá-lo e ouvir dele explicações necessárias. Sua Exa. porém não tem aparecido nestes últimos dias, e a comissão aguardava a sua presença para dar o parecer.”

⁷ No meio da discussão sobre o Panamá municipal (ver nota 5), o sr. Augusto de Vasconcelos, protestando contra o que lhe parece um plano de “esquecer” o assunto, resigna o cargo de intendente. Não identifiquei a segunda pessoa, se é que houve.

⁸ *The Battle of Dorking: Reminiscences of a Volunteer* (1871) é um romance de George Tomkyns Chesney, que, na esteira da vitória da Prússia na Guerra Franco-Prussiana de 1870, imagina uma invasão alemã da Inglaterra no futuro próximo (1875).

⁹ Suspeito que Machado aqui alude à importância (teórica, no caso carioca) do município na ordem pública, e a algum autor latino (Cícero?), autoridade no assunto, que não sei identificar.

receita, enquanto que aqui está outra emissão do Maranhão, muito mais duvidosa que essa. Este dia 10 de agosto é o aniversário do nascimento de Gonçalves Dias. Há setenta e um anos que o Maranhão no-lo deu, há trinta que o mar no-lo levou, e os seus versos de grande poeta perduram, tão viçosos, tão coloridos, tão vibrantes como nasceram. Viva a poesia, meus amigos! Viva a sacrossanta literatura! como dizia Flaubert.¹⁰ Não sei se existem intendentess, mas os *Timbiras* existem.



¹⁰ A expressão “sacro-sainte littérature” aparece várias vezes na correspondência de Gustave Flaubert (1821-1880).